CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 492/80

INTERESSADO: ELIAS SHAMMASS FILHO

ASSUNTO : Recurso

RELATORA : Conselheira Maria Aparecida Tamaso Garcia

PARECER CEE Nº 0351 /80 - CEEG - APROVADO EM 12 / 03 / 80

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

O Senhor Elias Shammass requer ao Diretor do Colégio "Brasil-Europa" em face do que dispõe o Decreto-Lei nº 1044/69, o regime de exceção", para seu filho ELIAS SHAMMASS FILHO.

A situação escolar do aluno é assim descrita pelo requerente:

"Em princípios de agosto de 1979 o pai do aluno foi chamado ao estabelecimento e convidado a assinar um termo de responsabilidade; fê-lo, em face das circunstâncias, pois Elias Shammass Filho apresentava comportamento estranho, caracterizado, sobretudo, por nervosismo e acentuada violência. Comportamento desse tipo ocorria, também, em sua residência, e o suplicante viu-se obrigado a interná-lo no "Bairral", instituição hospitalar de renome internacional.

Faltando, pois, às aulas e não tendo condições para receber e assimilar as matérias concernentes às respectivas disciplinas, não pôde, evidentemente, completar o Índice obrigatório de frequência, convido assinalar que as notas obtidas no primeiro semestre foram, realmente, excelentes.

A moléstia congênita ou adquirida, (artigo 1º do diploma citado), foi um triste evento não desejado por ninguém e agravá-la, agora, com a conseqüente perda do ano escolar seria monstruosa injustiça".

Termina o requerente:

"Não pode o órgão julgador ater-se, pura e simplesmente, ao "scriptum" da lei, mas sim ao seu espírito que é o de fazer justiça,

razão pela qual a excepcionalidade aqui desejada, na realidade, é medida que devolve ao estudante, ora recuperado, a igualdade que lhe foi subtraída.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Constituição da República, o Decreto ora invocado e todos os diplomas conhecidos dão ao excepcional condições plenas de integração na sociedade. Se esta repeli-lo por um julgamento defeituosos ai das Instituições! Não mereceriam elas este nome, porque a verdadeira justiça está no tratamento desigual para casos diferentes".

A direção do Colégio encaminhou o pedido à 13a. Delegacia de Ensino, com proposta de encaminhamento ao Conselho Estadual de Educação, juntando a ficha individual do aluno de 1979, referente ao primeiro semestre da 2ª série do 2º grau, e mais as seguintes informações:

a) o Regimento Escolar do Colégio não prevê tal regime de exceção;

b) os critérios para promoção de alunos estão fixados no art. 88 do mesmo regimento e obedecem ao disposto na Lei 5.692/71;

c) o Decreto-Lei 1044/69 não foi usado pela escola para solução do caso, em virtude de não ter recebido requerimento ou atestado, em tempo hábil, por parte do interessado.

d) Examinado o assunto pela Supervisora da unidade, concluiu "que a situação do aluno não se enquadra no artigo 2º do citado Decreto-Lei", opinando pelo encaminhamento ao Conselho Estadual de Educação.

Foram juntados, ainda: laudo médico, expedido pelo Instituto "Bairral de Psiquiatria e atestado da mesma instituição pelo qual se constata que o aluno esteve internado de 05/8/79 a 18/12/79.

O protocolado não tramitou pela DRE, COGSP e Gabinete do Senhor Secretário, vindo da DE diretamente a este Colegiado.

2. APRECIÇÃO:

Vejamos em primeiro lugar o Decreto-Lei 1044/69, para depois interpretá-lo mais no seu espírito que na sua letra como apela o requerente. Entendemos que os considerandos que antecedem as disposições legais são os que refletem mais de perto o espírito dessas dis-

posições, por isso os transcrevemos também.

O Decreto-Lei 1044/69 "dispõe sobre tratamento excepcional para alunos portadores das afecções que indica". Os seus considerandos são os seguintes;

"-considerando que a Constituição assegura a todos o direito à educação;

-considerando que condições de saúde nem sempre permitem frequência do educando à escola, na proporção mínima exigida por Lei, embora se encontrando o aluno em condições de aprendizagem;

- considerando que a legislação admite de um lado o regime excepcional de classes especiais, de outro, o de equivalência de cursos e estudos, bem como da educação peculiar dos excepcionais, decretam:

"Artigo 1º - São considerados merecedores de tratamento excepcional os alunos de qualquer nível de ensino, portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados por:

a) incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares; desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes;

b) ocorrência isolada ou esporádica;

c) duração que não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico de aprendizado, atendendo a que tais características se verificam, entre outros, em casos de síndromes hemorrágicas (tais como a hemofilia), asma, cardite, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas etc.

Artigo 2º - Atribuir a esses estudantes, como compensação da ausência às aulas, exercícios domiciliares com acompanhamento da escola, sempre que compatíveis com seu estado de saúde e as possibilidades do estabelecimento.

Artigo 3º - Dependerá o regime de exceção, nesse Decreto - -Lei estabelecido, de laudo médico, elaborado por autoridade oficial do sistema educacional.

Artigo 4º - Será da competência do Diretor do estabelecimento a solicitação, à autoridade superior imediata, do regime de exceção".

Parece-nos claro o sentido desse Decreto-Lei, no seu espírito;

Inexistindo na legislação brasileira o abono de faltas, muitos alunos que esporadicamente ficaram impossibilitados de comparecer às aulas (seja para não contagiar os colegas ou por impossibilidade de locomoção) perdiam o ano por excesso de faltas, mesmo que, estudando nos períodos de repouso, obtivessem o necessário rendimento.

Esse pensamento encontra-se expresso na manifestação do CFE através do Parecer 495/69, que deu apoio ao Decreto-Lei em questão.

Pelo exposto, o caso do aluno Elias Shammass Filho não se enquadra, lamentavelmente, no previsto pelo Decreto-Lei 1044/69.

Não constam dos autos informações médicas atualizadas sobre as condições e possibilidades do aluno no sentido de ser submetido a um esforço de recuperação do semestre perdido.

Entretanto, pelas características especiais do caso, embora não lhe aplique o regime de exceção solicitado, julgamos possível a proposição de outra solução também excepcional, desde que seja possível ser feita a avaliação dos objetivos instrucionais ainda não alcançados pelo aluno por motivo de sua moléstia.

Assim, desde que não haja contra-indicação médica, expressa em competente atestado e sob a responsabilidade do requerente, o aluno poderá ser submetido, na própria escola, a exames especiais, em nível de 2º semestre da 2a. série do 2º grau e, se aprovado, poderá matricular-se na 3a. série.

II - CONCLUSÃO

Em face do exposto, e nas condições expressas no parecer e em caráter excepcional, ELIAS SHAMMASS FILHO poderá ser submetido a exames especiais na Escola "Brasil-Europa", referentes as disciplinas constantes do currículo da 2a. série do 2º grau, em 1979, em nível de segundo semestre dessa série. Se aprovado, poderá matricular-se na 3a. série desse grau.

CESG, em 05 de março de 1980

a) Cons^a Maria Aparecida Tamaso Garcia - Relatora

III- DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO 2º GRAU adota como seu Parecer o Voto da Relatora.

Presentes os nobres Conselheiros: Antônio Ferreira da Rosa Aquino, Bahij Amin Aur, José Augusto Dias, José Maria Sestílio Mattei Lionel Corbeil, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Renato Alberto T. Di Dio.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1980

a) CONSELHEIRO JOSÉ AUGUSTO DIAS
PRESIDENTE

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do 2º Grau, nos termos do Voto da Relatora.

Sala "Carlos Pasquale", em 12 de março de 1980

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR - Presidente